

CORREIO ECONÔMICO

POR MARTHA IMENES



Imagens da inundação na capital gaúcha

Municípios gastaram R\$ 732 bi com desastres climáticos

Em meio ao início da COP30, em Belém, que vai debater os impactos climáticos no mundo, pesquisa da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) aponta que desastres associados às mudanças climáticas, resultaram em perdas econômicas de cerca de R\$ 732,2 bilhões para os municípios brasileiros de 2013 a 2024.

Incêndios florestais, secas, inundações e deslizamentos afetaram 95% das cidades em frequência e intensidade cada vez maiores. O prejuízo vai além dos âmbitos econômico e ambiental, afeta também aspectos humanos e sociais. “Foram registradas mais de 70,3 mil decretações municipais de situação de emergência ou estado de calamidade pública, e mais de 6 milhões de pessoas precisaram deixar suas casas”, diz o estudo.

Levantamento

Participaram do estudo, por meio de formulário online, 2.871 municípios do país, número que corresponde à metade (50,6%, mais precisamente) das cidades brasileiras. Segundo a CNM, a coleta de dados ocorreu entre agosto de 2024 e março de 2025.

Funções

Somente 12% dos municípios possuem órgão próprio inserido em secretaria específica para lidar tais questões, o que dificulta as atuações locais visando proteção e defesa civil. Cerca de 49% disseram que acumulam a função de proteção e defesa civil em outros órgãos.



Presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, faz apelo

CNM defende atuação federativa com apoio técnico

O presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, diz ser “urgente” uma atuação federativa com apoio técnico e financeiro contínuo, de modo a fortalecer a gestão municipal de riscos e desastres.

Segundo a entidade, cerca de 67% dos municípios disseram precisar

de auxílio financeiro para ações de prevenção de desastres; e mais de 70% informaram que seus gastos mensais com defesa civil “não ultrapassam os R\$ 50 mil”.

Na avaliação da confederação, o fortalecimento das defesas civis locais passa pela articulação contínua entre União, estados e municípios.

Pesquisas

O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, defende ainda que sejam realizadas conferências e pesquisas que orientem políticas eficazes de gestão de riscos. O objetivo é orientar as ações para conter os desastres climáticos com o resultado das pesquisas.

Imposto I

A Central Única dos Trabalhadores e a Força Sindical classificam o avanço da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, na Câmara e no Senado, como uma conquista histórica e uma vitória decorrente da luta do movimento sindical e dos trabalhadores.

Só 15%

Uma solução sugerida pela CNM é a de usar, como instrumento visando a ampliação das capacidades locais, consórcios intermunicipais que, segundo a entidade, ainda são poucos explorados pelos municípios. Apenas 15% informaram participar desse tipo de parcerias.

Imposto II

Segundo a Força Sindical, a proposta do governo foi encaminhada ao Congresso Nacional, mas só foi aprovada após a mobilização popular. O texto com a matéria segue para sanção do presidente Lula. Já a CUT destacou que a isenção beneficiará mais de 20 milhões de brasileiros.

Se a economia cresce por que os juros não caem?

Especialistas e setores divergem sobre a taxa a 15% ao ano

Por Martha Imenes

Um dilema: se a economia brasileira apresentou crescimento de 3,2% em 2023, de 4,8% em 2024 (a maior expansão desde 2021) e as projeções de inflação vêm caindo mês a mês, por que o Banco Central mantém a taxa básica de juros (Selic) em 15% ao ano? Especialistas e setores da economia divergem sobre os motivos da manutenção da taxa: especialistas defendem cautela na redução de juros e entidades patronais criticam a manutenção da taxa. Em comunicado, Comitê de Política Monetária (Copom) não descartou aumento na taxa.

Até o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, disse esperar uma redução da taxa de juros na próxima reunião do Copom, que ocorrerá em 9 e 10 de dezembro.

“A taxa de juros está muito elevada. Esperamos que na próxima reunião do Copom ela já comece a curva de redução, ela retrai a atividade econômica, especialmente bens duráveis de custo mais alto, mas acho que será transitório. Estamos tendo grandes investimentos no Brasil”, disse. Alckmin citou que o país tem uma safra agrícola recorde, com percentual 17% acima, queda do dólar e da inflação, como importantes indicadores econômicos.

Outro membro do governo também tem, reiteradamente, defendendo o corte da taxa, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Durante evento, ele afirmou que, se fosse presidente do Banco Central, reduziria os juros, destacando que a diferença entre as taxas de juros e a inflação pode prejudicar a economia.

“Eles (os juros) vão ter que cair. Por mais pressão que os bancos façam sobre o Banco Central para não baixar juros,



Copom mantém taxa básica de juros em 15% ao ano e não descarta novo aumento

eles vão ter que cair. Não tem como sustentar 15% de juros reais com a inflação batendo 4,5%”, disse, acrescentando que: “Eu não sou diretor do Banco Central. Se eu fosse, votaria pela queda”.

O economista e professor do Ibmecc, Gilberto Braga, explica que os juros não caem “porque não há uma correlação única, são variáveis que se conectam mutuamente, a economia cresce menos do que poderia, a inflação dá sinais de queda e os juros estão altos forçando a queda do consumo”.

“Se os juros já estivessem menores, a demanda estaria mais aquecida, mas com a inflação crescendo e descontrolada”, pontua Braga, que salienta: “As projeções indicam queda de inflação, por isso a discussão quando dever começar o ciclo

de queda dos juros”.

O economista da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), Ulisses Ruiz de Gamboa, a manutenção da Selic reflete um cenário de inflação ainda acima da meta, apesar da desaceleração da atividade econômica e da valorização do real.

“Esse quadro, somado à expansão fiscal, à resiliência do mercado de trabalho e às incertezas externas, justifica uma postura monetária cautelosa”, afirma.

O professor de Economia e Finanças do Ibmecc Brasília, Marcos Sarmento Melo, acrescenta que a taxa de juros é o principal instrumento pelo qual o Banco Central cumpre seu papel de gestor e defensor da moeda brasileira.

“Quando a inflação sobe de forma mais espalhada entre

diversos produtos e serviços, como estava acontecendo no país nos últimos anos, é necessário tomar providências para que ela não fuja ao controle. Um modo importante para combater a inflação é o aumento da taxa de juros”.

A inflação é um dos grandes problemas da economia, diz o especialista, pois reduz o poder de compra da camada mais vulnerável da população, tende a carrear renda dos mais pobres aos mais ricos, dificulta a empresas planejarem investimentos que gerarão empregos e arrecadação de impostos, entre outros problemas. “É até admissível haver uma pequena taxa de inflação, 2% a 3% ao ano, por exemplo, mas é extremamente nocivo à economia do país quando sobe muito mais que essa referência”, adverte.

Reação de setores da economia

A Confederação Nacional da Indústria (CNI), critica o manutenção dos juros em 15%: “O nível elevado de juros sufoca a atividade econômica e isola o Brasil no cenário internacional, onde a maioria dos países já iniciou ciclos de redução”. Em nota, o presidente da CNI, Ricardo Alban, afirmou que a continuidade de uma política monetária “excessivamente contracionista” é prejudicial ao país.

Ainda de acordo com a CNI, os juros altos freiam investimentos e encarece o consumo. Segundo pesquisa da confederação, 80% das empresas industriais apontam os juros como o principal obstáculo ao crédito de curto prazo, enquanto 71% consideram a taxa o maior entrave ao financiamento de longo prazo.

A taxa alta também gerou críticas do setor de supermercados. Segundo a Associação

Paulista de Supermercados (Apas), o Brasil está na contramão do restante do planeta, que reduz juros.

“Temos hoje a segunda maior taxa real de juros do mundo, prejudicando os investimentos, o consumo das famílias e perpetuando os entraves estruturais ao desenvolvimento”, destacou o economista-chefe da entidade, Felipe Queiroz.

O setor da construção civil também demonstrou preocu-

pação. Em comunicado, o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Renato Correia, afirmou que uma Selic elevada por longo período encarece o crédito imobiliário e inibe novos projetos.

“A construção é um dos setores mais sensíveis ao custo do crédito e à confiança do consumidor. Uma Selic de 15% torna muitos empreendimentos inviáveis”, avaliou.

Veja os dados revisados pelo IBGE

Dados revisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) confirmam que a economia brasileira cresceu 3,2% em 2023. Dessa forma, o Produto Interno Bruto (PIB, conjunto de bens e serviços produzidos no país) chegou a R\$ 10,9 trilhões.

A constatação faz parte do Sistema de Contas Nacionais pelo IBGE. O procedimento de revisão é um padrão do instituto, que incorpora novos dados de pesquisas setoriais do instituto, podendo haver alteração no resultado ou não. Quando o desempenho do PIB de 2023 foi divulgado inicialmente, em março de 2024, o resultado apontou crescimento de 2,9%. Em dezembro de 2024, o valor foi revisado para 3,2%. Agora, de forma definitiva, o dado foi confirmado.

Os números do IBGE mostram que o PIB per capita de 2023 foi equivalente a R\$ 51.693,92. Para 2023, o IBGE mostra os seguintes desempenhos:

- Serviços: 2,8%
- Indústria: 1,7%
- Agropecuária: 16,3%
- Consumo das famílias, que representa 62,9% do PIB, cresceu 3,2%

Expectativa para 2025

A edição mais recente do Panorama Macroeconômico, elaborado pela Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda, aponta para expansão de 2,3% do PIB em 2025.

O relatório Focus, pesquisa semanal do Banco Central (BC) com instituições financeiras, edição da última segunda-feira (3), estima alta de 2,16%.

O que é o PIB

O Produto Interno Bruto (PIB) é o conjunto de todos os bens e serviços produzidos em uma localidade em determinado período. Com o dado, é possível traçar o comportamento da economia do país, estado ou cidade, assim como fazer comparações internacionais.

O PIB é calculado com o auxílio de diversas pesquisas setoriais como comércio, serviços e indústria.

Durante o cálculo, há cuidados para não haver dupla

contagem. Um exemplo: se um país produz R\$ 100 de trigo, R\$ 200 de farinha de trigo e R\$ 300 de pão, seu PIB será de R\$ 300, pois os valores da farinha e do trigo estão embutidos no valor do pão.

Os bens e serviços finais que compõem o PIB são medidos no preço em que chegam ao consumidor. Dessa forma, levam em consideração também os impostos cobrados.

O PIB ajuda a compreender a realidade de um país, mas não expressa fatores como distribuição de renda e condição de vida. É possível, por exemplo, um país ter PIB alto e padrão de vida relativamente baixo, assim como pode haver nação com PIB baixo e altíssima qualidade de vida.